



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 2 de março de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO EXPORTAÇÕES CRESCEM MAIS QUE IMPORTAÇÕES VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO O NOVO NOME DA POLÍTICA INDUSTRIAL VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO “ ESPERAMOS SALDO COMERCIAL UM POUCO MENOR ” VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Exportações crescem mais que importações VEICULAÇÃO NACIONAL	4
VALOR ECONÔMICO POLÍTICA DE INOVAÇÃO DO PAÍS PRECISA SER MAIS OUSADA, AVALIA PRESIDENTE DO IEDI VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO GOVERNO VAI ENDURECER REGRAS PARA ENTRADA DOS BENS IMPORTADOS VEICULAÇÃO NACIONAL	7
ASSESSORIA MDIC Gecex aprova antidumping sobre objetos de mesa feitos de vidro comprados da China, Argentina e Indonésia..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
UBERLANDIA - GOV / SITE Plataforma de valor anuncia a missão empresarial à Manaus..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO EXPORTAÇÕES CRESCEM MAIS QUE <u>IMPORTAÇÕES</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em fevereiro, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,19 bilhão, com exportações de US\$ 16,733 bilhões e importações de US\$ 15,53 bi

Eduardo Rodrigues - O Estado de S.Paulo

Com a contínua alta dos preços das matérias-primas no **mercado** internacional e o arrefecimento do ritmo de crescimento da economia brasileira, a velocidade de crescimento das **exportações** voltou a superar a das **importações** em fevereiro. O movimento, observado desde dezembro do ano passado, inverteu a dinâmica que vinha se acentuando desde a crise, gerando quedas no superávit comercial do País.

No mês passado, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,199 bilhão, segundo o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. Em fevereiro, as **exportações** somaram US\$ 16,733 bilhões enquanto as **importações** chegaram a US\$ 15,534 bilhões. Na comparação com o mesmo mês de 2010, os embarques cresceram 23,5% e as compras do exterior aumentaram 18,4%.

"Temos observado que desde dezembro do ano passado o crescimento das **exportações** tem sido maior que o das **importações**. A situação vem se sustentando nos últimos três meses, mas é difícil dizer como isso vai proceder no futuro", avaliou o secretário executivo adjunto do **MDIC**, Ricardo Schaefer.

Preocupação. No entanto, o aumento da participação dos produtos básicos na pauta de **exportações** em função dos aumentos de preços tem preocupado o governo.

O percentual de industrializados (semi e manufaturados) no total das vendas caiu de 59,7% no primeiro bimestre do ano passado para 53,8% este ano, enquanto os embarques de matérias primas cresceram de 37,6% para 44%.

"Obviamente, a nossa meta e o nosso desejo é que a gente continue o processo de diversificação da pauta.

Agora não dá para dizer que é ruim e que a gente tenha um desempenho superior nas vendas de básicos.

Estaríamos muito mais preocupados se os industrializados não tivessem aumentando vendas", disse Schaefer.

Um dos maiores responsáveis pelo superávit na balança brasileira é o minério de ferro, cujas vendas em valor se expandiram 111,2% em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2010.

O forte desempenho, entretanto, está diretamente relacionado ao aumento de 136,2% no preço da commodity, enquanto a quantidade real embarcada na verdade caiu 10,6%.

Crise árabe. Segundo a secretária de **Comércio Exterior do MDIC**, Tatiana Prazeres, o desempenho das **exportações** alcançou recorde tanto para meses de fevereiro quanto para o primeiro bimestre do ano. A crise política em países do Oriente Médio e do Norte da África, acrescentou, ainda não afetou os embarques brasileiros.

Tanto que as vendas em fevereiro aumentaram para Egito, Líbia e Tunísia - nações que enfrentaram fortes protestos nos últimos meses -, na comparação com o mesmo mês de 2010. "Temos a expectativa de que isso se resolva no curto prazo sem prejuízo das **exportações** brasileiras", completou Tatiana.

Mesmo crescendo de forma mais moderada que as **exportações**, as **importações** também foram recordes no período. Segundo Schaefer, porém, a redução do ritmo de crescimento da economia brasileira em 2011 e, por consequência, do consumo das famílias, deve impactar a dinâmica das **importações**. "Por outro lado, o ritmo de investimento deve continuar elevado, impulsionando as **importações** de bens de capital", concluiu.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO O NOVO NOME DA POLÍTICA INDUSTRIAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mario Garnero - O Estado de S.Paulo

Uma das características comuns do "hiperliberalismo" e do "hipernacionalismo" que dominaram a cena econômica na América Latina e outras partes do mundo desde os anos 90 foi a ausência de política industrial.

Muitas foram as reinterpretações da velha doutrina das vantagens comparativas. De acordo com David Ricardo, países deveriam centrar-se no que suas vocações permitissem fazer melhor ao mais baixo custo.

No século 19, cabia à Inglaterra produzir máquinas; a Portugal, vinho do Porto. Atribui-se parte da recente prosperidade chilena à tal reinterpretação: a escolha de uns cinco setores que receberiam foco e incentivo.

Argentina ou México (e por certo tempo o Brasil) adotaram as recomendações do economista John Williamson e seu Consenso de Washington sem adaptações. O resultado, além do trânsito desgovernado de capitais de curto prazo, foi a noção de que política industrial era algo do passado. No limite e sem margem de erro, "o mercado é quem deve decidir". Ambos os países vêm sofrendo traumática desindustrialização.

Já a Venezuela ou a Bolívia deram sentido econômico ao bolivarianismo na diretriz de que política industrial é nacionalizar indústrias existentes. Como se estruturas físicas, e não o fluxo de que fazem parte, fossem a fonte de riqueza. Consequência: obsolescência tecnológica e irrelevância ante congêneres mais dinâmicos.

Não há desenvolvimento sem política industrial. EUA, Japão, Alemanha, China e Coreia do Sul: todos tiveram sua versão de política industrial.

Japão e Coreia do Sul consolidaram gigantescos conglomerados multissetoriais, como Mitsubishi ou Hyundai, cujos negócios passam por automóveis, finanças ou alimentação. No Japão e Alemanha pós-guerra e na China pós-Mao, a política industrial alinhou-se ao agressivo comércio exterior. Daí esses países (sobretudo Alemanha e China) terem se configurado como os maiores exportadores mundiais dos últimos 20 anos.

Os EUA usam o orçamento de defesa como instrumento de inovação. Dos cerca de US\$ 800 bilhões assinalados ao Pentágono a cada ano, 12% (ou quase US\$ 100 bilhões) vão para projetos intensivos em tecnologias sensíveis. Entregues as encomendas, empresas envolvidas adaptam novas tecnologias ao mercado civil. Surgem daí as disruptive technologies de que a internet e a telefonia celular são exemplos conhecidos.

No caso brasileiro, houve quem fizesse crer que a capacidade de fomento do Estado não deveria estar centrada, pela perda de tempo e recursos, no fortalecimento dos setores fármacos, eletroeletrônicos, semicondutores, da indústria naval e de tantos outros em que vários países se encontram à frente do Brasil em qualidade, escala e preço.

O modelo de substituição de importações, como aplicado nos anos 60 ou 70, está ultrapassado. O Brasil tem utilizado prioritariamente dois instrumentos, um custoso. O outro, se utilizado de forma estratégica, muito eficiente.

O primeiro é a alíquota de importação média praticada pelo Brasil. Embora distante dos patamares de "reserva de mercado", certos setores continuam demasiadamente protegidos. Perde o consumidor e toda uma cadeia produtiva vê-se comprometida em sua competitividade - elevadas taxas para a importação de hardware penalizam a indústria local de software e daí por diante.

O segundo é o chamado "conteúdo local". Eis o novo nome da política industrial. Utilizar o principal instrumento de fomento do Estado - seu poder de compras governamentais - para ativar setores e atrair empresas estrangeiras a realizarem no País suas operações. Em suma, concretizar a indução mediante o Estado como cliente.

São objetivos estratégicos que vão além da compra em si. É o que o Brasil vem corretamente fazendo. Nos próximos anos, a curva de aprendizado e a modernização trabalhista e fiscal equipararão preços brasileiros internacionalmente. Então, seguramente o conteúdo local poderá depender menos de compras do Estado e mais de sua própria competitividade.

PRESIDENTE DO GRUPO BRASILINVEST, FÓRUM DAS AMÉRICAS E ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO “ ESPERAMOS SALDO COMERCIAL UM POUCO MENOR ”		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nalu Fernandes e Marcílio Souza - O Estado de S.Paulo

Thaís Zara, economista-chefe da Rosenberg

O aumento dos preços das commodities no mercado internacional tem impulsionado o crescimento das exportações brasileiras desde o final de 2010. O petróleo tem exercido influência positiva sobre o saldo comercial, mas, em um segundo momento, a situação pode se inverter, alerta a economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Zara.

Ela projeta saldo comercial de US\$ 18 bilhões neste ano, abaixo do nível registrado em 2010, de US\$ 20,278 bilhões, que já havia sido quase 20% menor do que o registrado no acumulado de janeiro a dezembro de 2009.

A seguir, trechos da entrevista concedida ao AE Broadcast Ao Vivo, da Agência Estado.

O superávit registrado em fevereiro foi superior ao registrado no mesmo mês do ano passado. Essa tendência vai perdurar?

Para este ano, esperamos balança comercial um pouco menor do que a do ano passado, mas ainda bastante elevada. Esperamos saldo de US\$ 18 bilhões. No ano passado, o saldo foi um pouco superior a US\$ 20 bilhões. Esse cenário embute manutenção dos preços das commodities

internacionais em patamar próximo que temos visto nos últimos dias, com exceção da alta do petróleo, levando-se em conta a média de preços vista em janeiro.

O petróleo vai continuar ajudando a balança comercial neste ano?


Em um primeiro momento, esse aumento do preço do petróleo no mercado internacional tem um impacto positivo via exportações de petróleo. Em um segundo momento, teremos aumento de importações de derivados. Por enquanto, existe certa defasagem entre a propagação dos preços mais altos do petróleo para os derivados, então existe este primeiro efeito positivo sobre a balança comercial.

E com relação ao segundo momento, como o petróleo afetará a balança?

No momento em que começarmos a ter aumento de preços de derivados as importações em valores de nafta, gasolina para aviação e tantos outros produtos que fazem parte da cadeia produtiva vão começar a ter aumento. Então, podemos ter um impacto mais ou menos equilibrado para a balança comercial.

Impacto equilibrado é tornar negativo o que havia sido positivo?

Exatamente. Ou mesmo, levemente próximo de zero.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Exportações crescem mais que importações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em fevereiro, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,19 bilhão, com exportações de US\$ 16,733 bilhões e importações de US\$ 15,53 bi

Eduardo Rodrigues - O Estado de S.Paulo

Com a contínua alta dos preços das matérias-primas no mercado internacional e o arrefecimento do ritmo de crescimento da economia brasileira, a velocidade de crescimento das exportações voltou a superar a das importações em fevereiro. O movimento, observado desde dezembro do ano passado, inverteu a dinâmica que vinha se acentuando desde a crise, gerando quedas no superávit comercial do País.

No mês passado, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,199 bilhão, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Em fevereiro, as exportações somaram US\$ 16,733 bilhões enquanto as importações chegaram a US\$ 15,534 bilhões. Na comparação com o mesmo mês de 2010, os embarques cresceram 23,5% e as compras do exterior aumentaram 18,4%.

"Temos observado que desde dezembro do ano passado o crescimento das exportações tem sido maior que o das importações. A situação vem se sustentando nos últimos três meses, mas é difícil dizer como isso vai proceder no futuro", avaliou o secretário executivo adjunto do MDIC, Ricardo Schaefer.

Preocupação. No entanto, o aumento da participação dos produtos básicos na pauta de exportações em função dos aumentos de preços tem preocupado o governo.

O percentual de industrializados (semi e manufaturados) no total das vendas caiu de 59,7% no primeiro bimestre do ano passado para 53,8% este ano, enquanto os embarques de matérias primas cresceram de 37,6% para 44%.

"Obviamente, a nossa meta e o nosso desejo é que a gente continue o processo de diversificação da pauta. Agora não dá para dizer que é ruim e que a gente tenha um desempenho superior nas vendas de básicos. Estaríamos muito mais preocupados se os industrializados não tivessem aumentando vendas", disse Schaefer.


Um dos maiores responsáveis pelo superávit na balança brasileira é o minério de ferro, cujas vendas em valor se expandiram 111,2% em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2010.

O forte desempenho, entretanto, está diretamente relacionado ao aumento de 136,2% no preço da commodity, enquanto a quantidade real embarcada na verdade caiu 10,6%.

Crise árabe. Segundo a secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, o desempenho das exportações alcançou recorde tanto para meses de fevereiro quanto para o primeiro bimestre do ano. A crise política em países do Oriente Médio e do Norte da África, acrescentou, ainda não afetou os embarques brasileiros.

Tanto que as vendas em fevereiro aumentaram para Egito, Líbia e Tunísia - nações que enfrentaram fortes protestos nos últimos meses -, na comparação com o mesmo mês de 2010. "Temos a expectativa de que isso se resolva no curto prazo sem prejuízo das exportações brasileiras", completou Tatiana.

Mesmo crescendo de forma mais moderada que as exportações, as importações também foram recordes no período. Segundo Schaefer, porém, a redução do ritmo de crescimento da economia brasileira em 2011 e, por consequência, do consumo das famílias, deve impactar a dinâmica das importações. "Por outro lado, o ritmo de investimento deve continuar elevado, impulsionando as importações de bens de capital", concluiu.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO POLÍTICA DE INOVAÇÃO DO PAÍS PRECISA SER MAIS OUSADA, AVALIA PRESIDENTE DO IEDI		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Heloisa Magalhães e Francisco Goes | Do Rio

Ousadia na formulação de uma política tecnológica e de inovação é a receita básica - embora reconhecida como nada trivial - para o governo de Dilma Rousseff. O presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Pedro Passos, diz que a indústria brasileira vem sofrendo perda sistêmica de competitividade devido, em especial, à burocracia, tributação e juros. Mais recentemente a situação foi agravada com a valorização do real.

"Precisamos de maior ousadia para investir mais e para poder trazer a empresa privada para a ciência, tecnologia e inovação. E o governo precisa fazer isso de forma articulada. No mundo inteiro, o maior investidor em pesquisa e **desenvolvimento** é o setor privado, mas o governo tem papel preponderante de articulação e como comprador de tecnologia", diz ele.

Passos afirma que, nos Estados Unidos, o governo é grande estimulador de ciência e tecnologia, porque tem poder de compra. Um dos exemplos é a indústria bélica. "No Brasil, a maior parte do investimento de pesquisa e **desenvolvimento** é feita na academia e não pelas empresas privadas. Precisamos deslocar esse eixo, mobilizar as empresas e, para isso, será preciso ousar mais e contar com maior coordenação do governo", diz.

Para o Iedi, é preciso alinhar as políticas de inovação e de **comércio** exterior e a internacionalização de empresas, com apoio à **exportação** de produtos de maior intensidade tecnológica.

O Iedi acaba de formatar propostas que estão listadas no documento "O Grande Desafio do Novo Governo que vem da Inovação". Passos vem mantendo contatos com autoridades do governo para discutir o assunto e já esteve com o ministro Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, e com o presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho, aos quais entregou as propostas do instituto.

"Há preocupação de melhor coordenação entre diferentes esferas do governo, porque hoje não se tem uma

política totalmente integrada de **comércio** exterior, ciência e tecnologia e **desenvolvimento** de cadeias produtivas, o que precisa melhorar", avalia Passos.

Segundo ele, a política tributária relacionada ao **comércio** exterior deveria ter ressarcimento dos impostos internos. "Mas o ressarcimento é burocrático e lento, então, às vezes, demora três a quatro anos para o empresário ser ressarcido de impostos de circulação interna, caso de impostos federais e estaduais, como PIS, Cofins e **ICMS**."

O documento do instituto traz propostas objetivas no sentido de uma convergência maior entre as políticas públicas e agenda do setor privado. E destaca a formulação de políticas, não em projetos, mas com foco em empresas e setores nos quais o **Brasil** tenha vocação ou grandes debilidades.

Outro ponto é a ampliação do apoio à inovação para os serviços e as atividades não intensivas em tecnologia, como forma de elevar a produtividade. Os mecanismos de incentivo à inovação oferecem pouco apoio à formação e manutenção de pessoas para gerir e operacionalizar processos inovadores nas empresas. O movimento requer ênfase no ensino técnico e em programas emergenciais de formação de recursos humanos, em especial para engenharia e tecnologia da informação.

O Iedi também defende o apoio de forma diferenciada às atividades de pesquisa e **desenvolvimento** empresariais e às de maior risco, com foco sempre nos **mercados**.


"O tema geral da discussão é como possibilitar que o **Brasil** tenha uma pauta **exportadora** com maior valor adicionado. Hoje, somos bons produtores, temos boa base em alguns setores da tecnologia, mas normalmente **exportamos** e produzimos bens primários", disse Passos.

A ideia, segundo ele, é criar incentivos à inovação via desoneração e qualificação de mão de obra, para que o país possa ter **produção** brasileira de padrão internacional. "Portanto, uma **produção** de maior valor agregado. Precisamos encarar a inovação em todos os sentidos. Ter marcas fortes no exterior depende de inovação", afirmou Passos.

Na visão dele, é preciso ter uma agenda ampla, voltada para o sucesso de empresas e a criação de **mercados**, de novos negócios e novas formas de gestão de empresas e cadeias de **produção**. O presidente do IEDI criticou os cortes de recursos em programas de estímulo à inovação dentro do pacote de redução do déficit público.

"Precisamos de muita inovação, estimular as pequenas e médias empresas, precisamos de venture capital capital de .

O modelo antigo, de inovação via **importação** de equipamentos, acabou", disse Passos. "Hoje, precisamos de tecnologia de outro nível, e o **Brasil** tem enormes possibilidades de fazer isso, porque pode ser líder em energia, na economia verde e pode ter papel preponderante na área de combustíveis." E acrescentou: "O Brasil tem enormes possibilidades de desenvolver cadeias em cima dos diferenciais que possui."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO VAI ENDURECER REGRAS PARA ENTRADA DOS BENS IMPORTADOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

O governo pretende endurecer as regras de controle de entrada de produtos **importados** no país, exigindo, para o desembarço nas alfândegas, os mesmos certificados de segurança e especificações técnicas hoje cobrados apenas nos produtos encontrados no varejo.

A informação foi dada pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, em entrevista ao Valor, pouco antes de partir para uma viagem a China, onde terá, nesta semana reuniões com autoridades daquele país. Com os chineses, ele quer discutir um acordo para tornar a Embraer fornecedora de jatos executivos ao país, visto como um dos **mercados** em expansão para esse tipo de avião.

"Não temos de ter uma estratégia de enfrentamento, mas de convivência com a China", argumenta o ministro, que pretende propor aos chineses acordos para maior participação em obras de infraestrutura no Brasil, em troca de facilidades para venda de produtos de consumo brasileiros no **mercado** chinês. A compra de jatos executivos pela China, diz, "compensaria" a frustração, por falta de encomendas das empresas locais, do projeto da Embraer de manter uma fábrica de aviões comerciais no país.

PIMentel confirmou que o governo mantém o plano de reduzir gradativamente os tributos cobrados sobre as folhas de pagamento e deve baixar medidas, possivelmente em abril, para antecipar a devolução de impostos cobrados indevidamente dos **exportadores**. As medidas de proteção contra **importados** devem sair também em abril, com a nova a Política de **Desenvolvimento** Produtivo, que trará novidades em matéria de inovação e patentes. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Os chineses se incomodaram com suas declarações, e de outros membros de governo, defendendo medidas contra invasão de produtos da

China. O que o governo pretende fazer contra a competição chinesa e o yuan subvalorizado?

Fernando **PIM**entel: Não vamos tomar medidas contra a China, especificamente. Estamos estudando o que pode ser feito para criar equidade, igualdade, na competição entre produtos brasileiros e **importados**, que hoje não há. O câmbio já desequilibra muito, mas é um dado que está fora da política comercial, da política industrial, uma variável como a política monetária.

Valor: O que o sr. chama de equidade?

PIMentel: Que as exigências para comercialização de produtos brasileiros cheguem a produtos **importados**.

Hoje, não há as mesmas regras sanitárias, de segurança, de metrificação ou de embalagem.

Valor: A venda de produtos importados não está sujeita às mesmas regras cobradas do bem fabricado no país?

PIMentel Bem menos que os nacionais. Estamos examinando. A ideia é garantir que haja equilíbrio entre o produto brasileiro e o **importado**. À primeira vista, parece que não, que se cobra e se exige mais do fabricado no país.

Valor: Pode dar um exemplo?

PIMentel: Dá, mas não estou querendo falar muito para não gerar expectativa. Depois aplicamos uma medida e vão dizer que era premeditada, que é pretexto. Tem muita coisa a se fazer. Em segurança, por exemplo, que é normatizada e fiscalizada pelo Inmetro, o controle é feito na ponta do consumo, depois de internalizada a **mercadoria**, na loja. Um brinquedo, por exemplo, é testado depois de já estar na loja.

Valor: O Inmetro passará a exigir certificado de testes e qualidade?

PIMentel: Na hora do pedido de licença de **importação**, por que não?

Estamos estudando. Mas não é nada contra a China, é uma medida a favor do Brasil, para proteção da indústria, para que tenha condições de competir em condições de igualdade. A China é um grande parceiro comercial nosso, temos de tratá-la com o maior respeito. Agora, o mundo é competitivo, temos de dar condições à nossa indústria de competir.

Valor: O sr. teve uma conversa com o embaixador chinês no Brasil. O que disse a ele?

PIMentel: Falei o que queremos, uma conversa mais geral, e ele, claro, concordou que o Brasil e a China são hoje grandes parceiros, a China é o maior parceiro comercial do Brasil. Dada a importância estratégica da China para nós, e de nós para eles, como grandes fornecedores de matérias-primas, insumos básicos para a economia chinesa, é tempo de começarmos a pensar em ultrapassar essa fase em que somos parceiros meramente comerciais. Nossa relação está limitada à compra e venda de mercadorias. Temos de começar a construir relações estratégicas, de mais longo prazo. Dentro disso, começaríamos a superar esses pequenos contenciosos, que sempre vão existir. O que nosso caminho aponta é que podemos construir um caminho de economias mais complementares, uma parceria mais estratégica.

"Não temos de ter uma estratégia de enfrentamento, mas de convivência com a China. Tenho falado isso.

Valor: Como seria essa parceria?

PIMentel: A China vem usando essa complementaridade para exportar manufaturados ao Brasil e comprar commodities. A China não precisa exportar tudo que bem entende de produto manufaturado ao Brasil.

Podemos estabelecer algumas linhas, alguns canais, negociar com eles.

Valor: Por exemplo.

PIMentel: Está cedo para dar exemplos, teremos tempo para construir isso, saber se a China se interessa por uma construção de longo prazo. A construção desses acordos pode ser vantajosa para a China. Penso que é o que os Estados Unidos também estão tentando com os chineses. Não temos de ter uma estratégia de enfrentamento, mas de convivência com a China, tenho falado isso com os industriais brasileiros, que se queixam

muito. O comércio é livre, vamos conviver com os chineses. Se querem proibir importação da China, não vai ter. Agora, criar condições de competição igual, isso acho justo.

Valor: Como assim?

PIMentel: Se o empresário me mostra que, para vender seu produto, está submetido a dois testes do Inmetro, um do Ministério da Saúde, outro do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o importado chega e entra sem ser testado, então está desequilibrado e vamos fazer alguma coisa.

Valor: O governo pensa em apertar a aplicação dessas medidas de normas técnicas para os produtos importados?

PIMentel: Para igualar com os brasileiros, é isso. Exigir a mesma qualidade.

Valor: Alguns empresários, como os fabricantes de óculos, se queixam de que produtos chineses alvo de medidas antidumping estão entrando no país de maneira fraudulenta, como peças para montagem e artificios semelhantes.

PIMentel: Essa é uma questão séria, que a Secretaria de Comércio Exterior está estudando com muita atenção, porque é uma prática desleal. Não queremos também fazer nada fora da regra da Organização Mundial do Comércio. O que a regra pedir nós vamos fazer. No caso de calçados, está aparecendo também a triangulação. Fizemos a sobretaxa ao calçado chinês e está aparecendo venda desses produtos via Malásia, Indonésia. Vamos tomar medidas contra isso. Não é nada contra a China, mas essas ações podem atingir alguns maus chineses, o sujeito que não coopera com a relação sadia entre os dois países. Não creio que o governo chinês vá defender um exportador de origem chinesa que esteja burlando as regras do comércio internacional, assim como não defenderemos um falsário brasileiro preso no exterior.

Valor: O sr. já definiu alguma proposta que pretenda levar aos chineses como parte da agenda positiva dos dois países?

PIMentel: Temos de ouvi-los, ver como estão pensando essa relação também. Isso não foi feito até agora, propor algo mais estratégico, de longo prazo. Há desafios enormes na China, nós temos os nossos aqui.

Eles têm de absorver quatro ou cinco Brasis inteiros no **mercado** de consumo e nós precisamos construir uma China de infraestrutura. Quem sabe uma coisa não complementa a outra?

Valor: As construtoras brasileiras não têm muito interesse em dividir o mercado com estrangeiros

PIMentel: Em alguma coisa pode ser que os chineses tenham experiências para nos ajudar. Desde que sigam nossas regras.

Valor: Como evitar casos como o da Embraer, que negociou associação com os chineses e não foi bem-sucedida?

PIMentel: Vamos falar claramente com eles sobre Embraer, sim. Foi um compromisso assumido lá, que não obteve resultado. A Embraer fez um investimento grande, não dá resultado, a fábrica da companhia aparentemente vai fechar. Vamos dizer para eles, que, na visita da presidente Dilma, até como gesto de boa vontade, eles poderiam anunciar algo em relação à empresa. Há uma compra grande de jatos executivos, que só depende de uma autorização. A China parece ter feito a escolha de entrar no **mercado** de jatos médios, mas não deve entrar no **mercado** de jatos executivos, nós podemos ser grandes fornecedores deles. Uma coisa acaba compensando a outra. Está aí um belo exemplo do que chamo de projeto de longo prazo.

Valor: Pode explicar melhor?

PIMentel: Não mexer com eles na questão dos jatos de tamanho médio e eles se tornarem clientes nossos nos jatos executivos não pode ser uma boa saída? Temos de sair do varejinho, que sempre terá contencioso aqui ou ali, para a grande estratégia, no atacado. Vamos ver se é possível fazer isso. Ou se eles preferem continuar tratando a gente como cliente de balcão. Para um país do tamanho do Brasil, não é bom negócio, devemos ser o cliente que chega e o dono da loja chama para subir para a sala dele, para conversar lá em cima.

Valor: Quando o sr. pretende anunciar as decisões sobre medidas para exigir dos importados normas e regras aplicadas a produtos fabricados no país?

PIMentel: Acho que pode sair mais ou menos junto com a Política de **Desenvolvimento** Produtivo, em abril mesmo. Essa coisa tem de ser feita com muito apuro técnico

para não levantarmos lebres que não se materializam. A defesa comercial é uma forma de garantir equidade. No caso da PDP, a competitividade tem tantas variáveis, como a busca de inovação. Tem um plano de fundo geral que é o anátema do custo Brasil, tem a ver com tributação, com burocratização, excesso de regras.

Valor: Com o câmbio...

PIMentel: Hoje em dia, com o câmbio. O governo tem tentado fazer sua parte, ainda que com restrições.

Agora, por exemplo, o juro vai subir. Nada atrapalha mais o custo **Brasil** que subir a taxa Selic, mas vai subir, fazer o quê? A inflação está subindo, tem de ter remédio. O pano de fundo está aí, mas o personagem principal para dar competitividade é a inovação. Essa discussão tem de ser feita diretamente com o setor produtivo. A inovação sai de um encontro fecundo entre pesquisa de laboratório e desejo do **mercado**.

Valor: Os empresários se queixam de que as linhas de apoio à inovação não apoiam inovações fundamentais, como as melhorias de processo industrial, por exemplo.

PIMentel: Tem de ter. A discussão da segunda etapa da PDP tenta justamente chegar nisso. A primeira etapa foi mais genérica. Não quero avançar muito, porque há aí uma zona de sombra com outros **Ministérios**, entidades empresariais. A grande novidade seria dar apoio àquela inovação aplicada, que gera resultado quase imediato, pode ser aí a grande novidade da segunda etapa da PDP. Mas estamos agora avaliando o potencial de financiamento do **BNDES**. Ainda não temos o volume definido.

Valor: E o que o governo pensa em fazer para desonerar, reduzir os impostos, do setor produtivo?

PIMentel: Não é segredo, a presidente quer, o líder do governo no Congresso, Romero Jucá, já começou a trabalhar com nossos articuladores no Parlamento... Ela continua trabalhando muito forte com a ideia de desonerar a folha de pagamentos. Gradativamente, não dá para chegar de uma vez só.

Valor: Mas pode ser possível reduzir em dez pontos percentuais os encargos sobre a folha?

PIMentel: Não vi o número fechado, a ideia é ter uma coisa significativa nesses quatro anos. Dez por cento

significaria a metade do que hoje pesa sobre a folha. Não sei se vamos conseguir. Com a economia crescendo, e vai crescer em torno de 4,5%, é viável, não reduzir à metade, mas uma queda significativa.

Não sabemos o total ainda. É uma área que envolve muitos interessados.

Valor: E o que está sendo planejado em redução de tributos sobre investimento?

PIMentel: Já tem um bocado. No **Ministério**, o que podemos trabalhar, e estamos fazendo, é tornar efetiva a ideia de que não se tributa exportação. Hoje não é efetiva. Estamos buscando um mecanismo factível, está começando a ser discutido, há uma boa vontade grande da área econômica toda em examinar a questão, pelo menos reduzir o prazo para usar o crédito no abatimento de impostos .

"Ela a presidente Dilma continua trabalhando muito forte com a ideia de desonerar a folha de pagamentos"

Valor: Reduzir em quanto?

PIMentel: Tem várias ideias, temos de estudar alternativas de usar o crédito em pagamentos ao Tesouro.

Valor: Quando sai o conjunto de medidas tributárias para aliviar a produção?

PIMentel: Não quero falar, porque essa discussão, diferentemente da PDP, tocada no âmbito dos **Ministérios**, está diretamente coordenada pela presidente. Deu um intervalinho para discutir salário mínimo, agora vai voltar. Ela faz isso, chama os **Ministérios**, cobra estudos. Ela quer que, em meados deste semestre, pode ser abril, se tenha um conjunto já pronto. Mas isso tem de ser visto à luz dos trâmites legislativos, não podemos dar prazo.

Valor: E o câmbio do real em relação ao dólar, não ameaça a sobrevivência das indústrias, como dizem os empresários?

PIMentel: Aí tem de perguntar ao ministro da Fazenda Guido Mantega.

Valor: O governo pensa em aplicar algum imposto de exportação sobre commodities, como há em outros países, mas que é algo considerado pelo mercado um retrocesso?

PIMentel: Não vi essa discussão no governo, ainda. O que não significa que não possa surgir. O **mercado** acha que qualquer imposto é retrocesso. É cedo para falar disso, não temos ainda uma projeção do que vai acontecer, embora o preço das commodities possa subir muito. Há essa crise no Oriente Médio, não sabemos a repercussão nos preços internacionais. Em princípio não me agrada imposto sobre exportação.

Pode ter outras medidas para conter a entrada de dólar no país.

Valor: Quais os planos de sua pasta para a vinda do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao Brasil?


PIMentel: Acho que a linha com eles é de cooperação, como podemos trabalhar juntos para equilibrar a balança e fazer investimentos conjuntos. Temos essa ideia forte de o Eximbank deles trabalhar com o nosso **BNDES**, e com o futuro Eximbank, em projetos conjuntos.

Valor: Na África?

PIMentel: Em qualquer país, fora do **Brasil** e dos EUA, até na China, quem sabe. Ainda não estão definidos valores. Eles estão muito interessados nisso, deve ser assinado um acordo. E teremos cooperação na área tecnológica. Estamos tentando também fazer um acordo na área de patentes, o menos polêmico possível e o mais efetivo.

Valor: Como é o acordo?

PIMentel: Está desenhado. É o reconhecimento mútuo de uma parte do processo. Os pedidos de patente de um produto fazem os escritórios de patente investigar uma enorme quantidade de detalhes. O Inpi brasileiro e o escritório de patentes americano vão trocar informações sobre o que foi negado nos pedidos, no Brasil ou nos Estados Unidos, e um escritório poderá usar a investigação já feita pelo outro, negar automaticamente aqui o que já foi negado lá. Os EUA também farão isso. Isso elimina quase 50% da fila de patentes que existe hoje, agilizará o processo. Trabalhamos para fechar até a visita. Eles têm esse acordo com o Japão e outros países.

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Gecex aprova antidumping sobre objetos de mesa feitos de vidro comprados da China, Argentina e Indonésia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de **Comércio Exterior (Gecex)** aprovou a aplicação de direito antidumping definitivo sobre as **importações** brasileiras de objetos de mesa feitos de vidro (NCM 7013.49.00), quando originários da Argentina, Indonésia e República Popular da China.

O direito, que entrou em vigor nesta terça-feira (1^o/3), com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Resolução n^o 8 da Câmara de **Comércio Exterior (Camex)**, tem vigência de até cinco anos. O antidumping será recolhido por meio de alíquota específica fixa, nos montantes abaixo descritos:

Produtor/ Exportador (US\$/kg)	Direito Antidumping
Argentina - Rigolleau S.A	0,18
Argentina - Demais Produtores	0,37
Indonésia	0,15
China	1,70

Os objetos de mesa sobre os quais passa a incidir o antidumping são fabricados com vidro sodo-cálcico e podem se apresentar de diversas formas, mesmo que acompanhados de aparatos adicionais de adorno - tais como tampas, suportes em vidro, metálicos ou acabamentos distintos do vidro.

O direito será aplicado sobre conjuntos de mesa, temperados ou não temperados; pratos, temperados ou não temperados (rasos, fundos, para sobremesa, sopa, bolo, torta, para micro-ondas); xícaras; pires; taças de sobremesa; potes (baleiros, porta-condimentos, açucareiros, molheiras, compoteiras); vasilhas e tigelas (fruteiras, saladeiras, sopeiras, terrinas).

Estão excluídos do alcance da medida os objetos de mesa, produzidos com vidro boro-silicato (vidro refratário), bem como travessas, jarras, decânteres, licoreiras, garrafas e moringas.

	VEÍCULO UBERLÂNDIA – GOV / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO Plataforma de valor anuncia a missão empresarial à <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Durante a terceira reunião empresarial do projeto Plataforma de Valor do Brasil Central, realizada em 22 de Fevereiro, foi anunciada a realização de uma missão empresarial à Manaus para a promoção e geração de novos negócios. A data anunciada, de 15 a 17 de Junho, prevê a realização de um evento no formato de rodadas de negócios (com a participação de indústria âncoras do pólo, tais como Honda, Eletrolux, LG, Samsung, Coca-Cola, Procter & Gamble (P&G), entre outras), visitas técnicas às indústrias e ao porto de Manaus. A missão será liderada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (FADE), Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB) e SEBRAE-MG, sob coordenação da Geo Brasilis.

Os preparativos para a missão ocorrerão nas reuniões mensais da Plataforma de Valor que, no mês de março, está agendada para o dia 22 às 17:00h no auditório da ACIUB (mais informações com Lia Barbosa da assessoria de imprensa tel. 34 3239-1514).

Foi anunciada, também, a realização do primeiro Encontro de Formação e Negócios, promovido pela Plataforma de Valor, que será realizado em 14 de Abril, a partir das 8:30h sobre o tema Rastreamento e Monitoramento em Logística, que contará com apresentações de empresas líderes nacionais neste mercado (Graber, Omnalink, Controlsat e Autotrac). Esse encontro é gratuito e aberto a todos os interessados.

Nota sobre a Missão Empresarial e a Zona Franca de Manaus

Nos dias 17 e 18 de Fevereiro representantes da FADE, da PMU, da ACIUB e do SEBRAE-MG, sob coordenação da Geo Brasilis, realizaram uma visita à Manaus, preparatória para a Missão Empresarial.

Nas reuniões foram consolidadas parcerias e apoios institucionais para a Missão Empresarial com: o Governo do

Estado do Amazonas, por meio da Secretaria da Fazenda, a FETRAMAZ (Federação das Empresas de Transporte de Cargas da Amazônia – que tem interesse em desenvolver parceiros locais e regionais em Uberlândia), a FIEM (Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) que irá elaborar diagnósticos de demanda das indústrias do Amazonas, frente aos serviços logísticos estabelecidos em Uberlândia, a Associação Comercial do Amazonas – ACA – e Suframa, que deseja a participação das empresas de Uberlândia na 6ª Feira Internacional da Amazônia, que será realizada entre os dias 26 e 29 de Outubro de 2011 em Manaus.

Zona Franca de Manaus

O Pólo Industrial de Manaus conta com cerca de 600 indústrias instaladas e teve, em 2010, faturamento superior a US\$ 35 bilhões, gerou aproximadamente 101 mil empregos diretos e realizou investimentos de US\$ 9 bilhões.

Cerca de 90% da produção do pólo, em 2010, foi destinada ao mercado brasileiro e a grande maioria dessas cargas foi transportada pelo modal rodoviário aos centros de consumo do Sudeste do país, passando pelo Centro-Oeste e o Triângulo Mineiro.

Um dos objetivos dessa Missão será a aproximação de empresários dos dois pólos.

SERVIÇO:

Avanço nas Ações da Plataforma de Valor do Brasil Central e Constituição da Entidade Logística

Data: 22 de Fevereiro de 2011

Horário: 17:00 horas

Local: Sede da ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia

Av. Vasconcelos Costa, 1500 – Bairro Martins

Informações: ACIUB – (34) 3239-1503 / 1509